



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA GESTÃO PARTICIPATIVA DOS
RECURSOS HÍDRICOS: CONCEPÇÕES E PERSPECTIVAS NO SERTÃO
PARAIBANO¹**

Maria Isabel Alves de Freitas²

Francisco José Pegado Abílio³

RESUMO: A gestão participativa é um dos aspectos inovadores da Política Nacional dos Recursos Hídricos. O presente artigo objetivou principalmente investigar a percepção ambiental dos atores sociais em três comunidades inseridas na sub-bacia do Alto Piranhas, sertão paraibano, no que se refere ao gerenciamento hídrico. Pesquisou-se as concepções dos agentes sociais no tocante à gestão participativa, como os mesmos estão organizados para implantação da Política Estadual dos Recursos Hídricos e as ações que os órgãos gestores estão desenvolvendo junto a essas comunidades. Buscou-se também refletir sobre a importância do estudo da percepção ambiental, aliada às ações de educação ambiental dentro do processo de implementação dessa gestão participativa. Utilizou-se dos pressupostos teóricos-metodológicos da pesquisa qualitativa, bem como elementos da pesquisa fenomenológica. As técnicas de coletas de dados compreenderam: entrevistas semi-estruturadas e observação participante. Os atores sociais mostraram um total desconhecimento em relação ao termo gestão participativa dos recursos hídricos. A existência de Associações de Usuários de Água foi identificada em apenas uma, das três comunidades estudadas. Junto às mesmas, não há o desenvolvimento de ações de educação ambiental voltadas para gestão hídrica. Compreende-se que, a partir do entendimento que a mudança de pensamento e comportamento só ocorrerá através de um processo contínuo de educação é que poderemos pensar em uma gestão participativa dos recursos hídricos paraibanos.

Palavras-chave: Recursos Hídricos; Gestão Participativa; Percepção Ambiental.

ABSTRACT: Participatory management is one of the innovative aspects of the Brazilian Policy of Water Resources. This paper aimed primarily to investigate the environmental perception of social actors in three communities, within the sub-basin of the Alto Piranhas, sertão paraibano regarding the management of water. The following points were investigated: the conceptions of those social agents regarding the participatory management; how they are organized to implement the State Policy on Water Resources, and which actions are being developed within these communities. It also reflected on the importance of studying the combined actions:

¹ Apoio financeiro do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico/ German Academic Exchange Service - DAAD - Deutscher Akademischer Austausch Dienst.

² Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente/PRODEMA/UFPB - CEP - 58051 - 970 - João Pessoa - Paraíba - Brasil - isabel.alf@hotmail.com.

³ Doutor em Ciências, Universidade de São Carlos - UFSCAR, Departamento de Metodologia/Centro de Educação/Universidade Federal da Paraíba - DME/CE/UFPB - CEP - 58000 - 900 - João Pessoa - Paraíba - Brasil - chicopegado@hotmail.com e <http://www.ufpb.br>.

Environmental Awareness and Environmental Education for the implementation process of participatory management. This work was supported by the theoretical-methodological elements of qualitative research and phenomenological research. The data collection techniques adopted were: semi-structured interviews and participant observation. The social actors showed complete ignorance about the term participatory management of water resources. Amidst the three communities, only one has a Water Users' Association. In the researched communities there is no development of environmental education activities, aimed at water management. Based on the understanding, that the change in thinking and behavior will only occur through a continuous process of education, we can think of a Participative Management of Water Resources.

Key words: Water Resources; Participatory Management; Environmental Perception.

INTRODUÇÃO

A gestão participativa dos recursos hídricos, preconizada pela lei estadual dos recursos hídricos 6.308/96, bem como pela Lei Nacional 9.433/97, reservou à sociedade civil uma responsabilidade central na condução da política hídrica (JACOBI, 2006). Por meio dessas conquistas sociais os usuários, organizados em entidades representativas, passaram a ter nos comitês de bacias hidrográficas um espaço jurídico-institucional para exercitarem a sua cidadania, nos quais dividem responsabilidades com o poder público nas decisões sobre cobrança e outorga (FERREIRA, et. al. 2007).

Traçando esse caminho reflexivo, Loureiro et. al. (2003) defini participação como “um processo social que gera a interação entre diferentes atores sociais na definição do espaço comum e do destino coletivo”. Contudo, a participação ativa dos atores sociais é comprometida considerando alguns aspectos, como aponta Garjulli (2003):

Entre os desafios que se colocam para a implementação da política de gestão participativa dos recursos hídricos na região semiárida, está a herança cultural e política de práticas clientelistas e conservadoras consolidadas na relação entre o Estado e a sociedade. Historicamente, as oligarquias rurais detiveram o controle dos órgãos de implementação das políticas de combate à seca e reforçaram, em suas intervenções, a vinculação da propriedade privada da terra e da água. O desafio de promover a participação social em uma sociedade impregnada pela prática clientelista é imenso, pois como produto de um Estado autoritário onde os direitos de cidadania foram subtraídos, o cidadão passa a ser sinônimo de cliente, de beneficiário (p. 03).

Essa herança sociocultural e econômica apresenta reflexos percebidos atualmente como o afastamento entre a sociedade e as questões políticas, o que impossibilita o engajamento e a participação dos atores sociais diante dos desafios de descentralização e participação instituídos nos textos legais da gestão de recursos hídricos (SOUSA JÚNIOR, 2004). Nessa perspectiva, o processo de participação social precisa estar afinado com as necessidades reais da população (KURY, 2008). Machado (2003) amplia a discussão ao afirmar:

A participação efetiva e material da sociedade também deve ser garantida através de outros mecanismos, que valorizem as histórias particulares de cada localidade e as

diversas contribuições das populações envolvidas, incorporando-as aos planos diretores e ao enquadramento dos cursos de água (p. 06).

Com base na assertiva, evidencia-se a importância de entender as relações socioambientais de cada comunidade. Assim, o estudo da percepção ambiental poderá facilitar esse entendimento, uma vez que investiga os vínculos existentes entre as atitudes, os valores e as práticas dos indivíduos e grupos em relação ao meio ambiente, bem como suas respectivas maneiras de ver o mundo exterior (VARGAS, et. al. 2002). Aliado a isso, a educação ambiental poderá mediar o envolvimento social, pois sendo orientada para as comunidades incentivará o indivíduo a participar ativamente na resolução de problemas no seu contexto de realidades específicas (REIGOTA, 2006). Palma (2005) contribui com esse pensamento afirmando que:

Na educação ambiental, a percepção ambiental poderá ajudar na construção de metodologias para despertar nas pessoas a tomada de consciência frente aos problemas ambientais. Unindo a percepção ambiental e a educação ambiental é possível realizar trabalhos com bases locais. Isto é, saber como os indivíduos com que trabalharemos percebem o ambiente em que vivem, suas fontes de satisfações e insatisfações (p. 02).

A percepção envolve toda a vida social do ser humano, todo o arcabouço cultural do homem. Interpretar a realidade é inferir percepção para buscar a essência dos problemas ambientais (ARAÚJO, 2008). Este fenômeno perceptivo transcende os limites dos sentidos, revela uma postura e implica em experiências e na firmeza de interesses e valores (FEITOSA, 2000). Machado (2003) acrescenta sua análise ao afirmar:

A base empírica do conhecimento local da população sobre os corpos d'água de uma bacia hidrográfica deve ser valorizada, pois possui um valor socioambiental inigualável. Além disso, os cursos d'água fazem parte da história do indivíduo, da família e da comunidade que integram essa população, ganhando sentidos simbólicos que ocupam uma parte importante de seu patrimônio cultural (p.07).

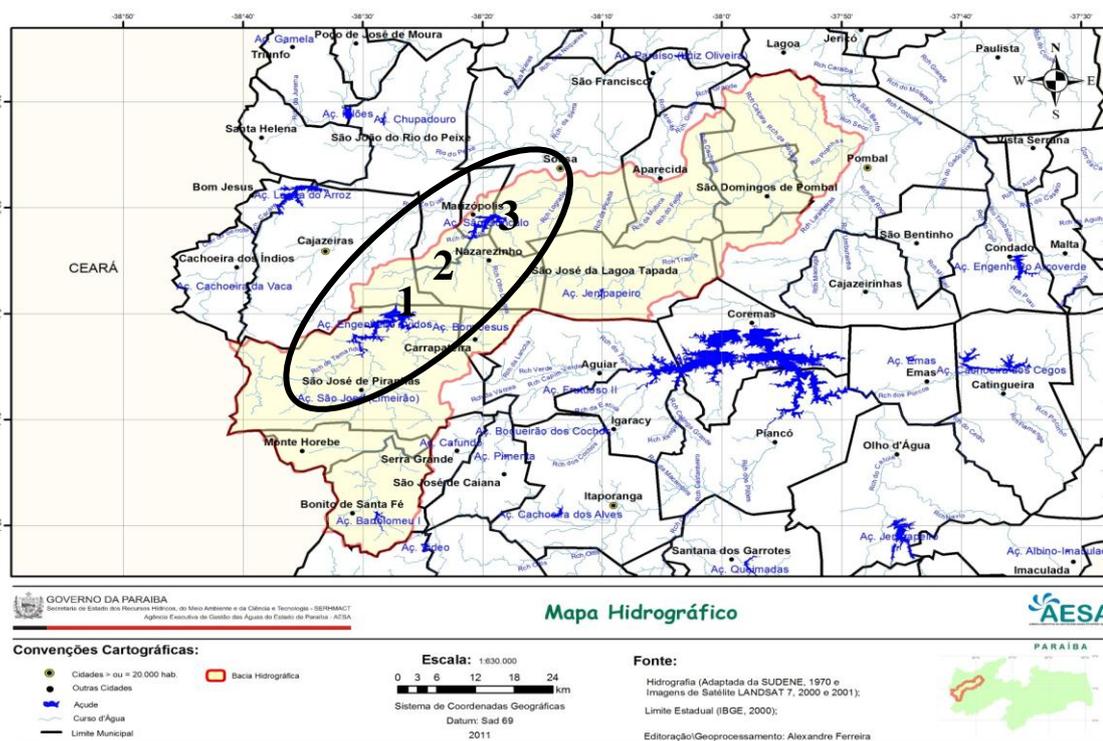
Desta forma, a partir do estudo da percepção ambiental é possível obter um entendimento maior das especificidades de cada comunidade, de maneira que possa ser desenvolvida uma educação ambiental não-formal direcionada aos problemas ambientais locais, buscando assim a sensibilização para o manejo adequado das reservas hídricas. Nesse sentido, o presente estudo objetivou principalmente investigar a percepção ambiental dos atores sociais de três comunidades inseridas na sub-bacia do Alto Piranhas no que se refere à gestão dos recursos hídricos. Pesquisou-se as concepções desses agentes sociais no tocante à gestão participativa e como os mesmos estão organizados para implantação da Política Estadual dos Recursos Hídricos. Em tal contexto, tornou-se necessário entender as ações que os órgãos gestores estão desenvolvendo junto a essas comunidades. Buscou-se também

refletir sobre a importância do estudo da percepção ambiental aliada às ações de educação ambiental dentro do processo de implementação da gestão participativa das reservas hídricas paraibanas.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada na região hidrográfica do Alto Piranhas, situada a oeste do estado, entre as coordenadas geográficas de 6° 50' e 7° 25' de latitude sul e 38° 10' e 38° 40' de longitude a oeste de Greenwich, abrangendo uma área de 1.219, 40 km² (FEITOSA; FREITAS, 2004). As comunidades escolhidas para o estudo foram: **1)** Distrito de Engenheiro Ávidos/Cajazeiras-PB; **2)** Comunidade ribeirinha Gravatá/São João do Rio do Peixe-PB; **3)** Distrito de São Gonçalo/Sousa-PB (Ver Figura 01).

Figura 01 – Região Hidrográfica do Alto Piranhas destacando a Área Pesquisada.



Fonte: (AESAs, 2011; Adaptado por: FREITAS, M. I. A).

Tal estudo teve um caráter interdisciplinar, tendo em vista a complexidade das questões ambientais inerente à gestão dos recursos hídricos. Utilizou-se dos pressupostos da pesquisa qualitativa, a qual caracteriza-se como um entendimento dos significados e características de uma situação apresentada pelos entrevistados (RICHARDSON, 1999).

Dessa forma, foram utilizados elementos da Pesquisa Fenomenológica que trabalha com os significados das experiências de vida sobre uma determinada concepção ou fenômeno, explorando a estrutura da consciência humana, na qual os pesquisadores buscam a estrutura invariável (ou essência), com elementos externos e internos baseados na memória, imagens, significações e vivências (subjetividade) (SATO, 2001; MERLEAU-PONTY, 2006).

A abordagem quantitativa também foi utilizada na sistematização de parte dos dados, sendo compilados em gráficos. As técnicas de coleta de dados compreenderam: Observação participante que pode ser definida como uma estratégia de campo que combina ao mesmo tempo a participação ativa com os sujeitos, a observação intensiva em ambientes naturais, entrevistas abertas informais e análise documental (MOREIRA, 2004 p.52); Entrevistas semiestruturada, a qual permite ao entrevistador repetir ou esclarecer as perguntas, bem como possibilita a oportunidade de avaliar atitudes e condutas a partir da observação e registro de reações e gestos (MARCONI; LAKATOS, 2005). Os segmentos estudados foram:

Atores sociais das comunidades: representados por agricultores e pescadores ribeirinhos; donos de restaurantes próximos aos reservatórios; professoras; estudantes.

Representantes das associações comunitárias: Associação de Desenvolvimento Comunitário e Usuários de Água de Engenheiro Ávidos; Colônia de Pescadores de Engenheiro Ávidos; Associação Comunitária do Gravatá; JUSG - Junta de Usuários de Água de São Gonçalo; Colônia de Pescadores de São Gonçalo.

Representantes institucionais: AESA – Sede/João Pessoa-PB; AESA – Gerência Regional de Sousa-PB; DNOCS – Unidade de Campo da Bacia do Rio Piranhas/Sousa-PB; SEMAC – Secretaria Executiva de Meio Ambiente vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente de Cajazeiras-PB; Secretaria de Meio Ambiente de Sousa-PB; CAGEPA - Gerência Regional do rio do Peixe/Sousa-PB.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas seguindo roteiros específicos para cada representação institucional e um roteiro destinado às comunidades, apresentando, contudo, questões comuns a todos os segmentos. O universo amostral dos grupos pesquisados totalizou 30 entrevistados. A escolha de um número reduzido é válida na pesquisa qualitativa considerando que, o seu critério não é numérico, uma amostra ideal é aquela capaz de refletir a totalidade nas suas múltiplas dimensões, de maneira a privilegiar os sujeitos sociais que detêm os atributos, os quais o investigador pretende conhecer (MINAYO, 1998).

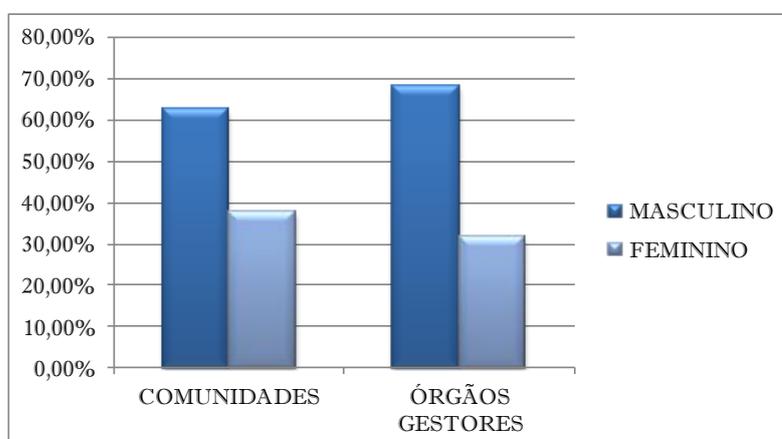
No estudo das entrevistas utilizou-se da Análise de Conteúdo, a qual pode ser definida como um conjunto de técnicas de análises de comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (FRANCO, 2008). Foram identificados os núcleos de significado e sistematizadas as essências destes núcleos (BARDIN, 2011).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A gestão participativa dos recursos hídricos encontra obstáculos em sua implementação. Os pontos sensíveis no exercício dessa gestão, em termos técnicos, políticos e institucionais concentram-se nas interfaces entre setores de usuários e gestores, na compatibilização e harmonização entre os gestores estaduais e federais e entre os comitês de uma mesma bacia hidrográfica (PEREIRA, JOHNSSON, 2004). Como reflexo desses fatores está o distanciamento entre as comunidades ribeirinhas e o processo implementação dessa gestão.

Antes de iniciar a discussão, fez-se necessário descrever um rápido perfil dos entrevistados. Quanto ao percentual de homens e mulheres pesquisados, houve uma predominância do gênero masculino tanto nos órgãos gestores quanto nas comunidades, como é observado no **Gráfico 01**.

Gráfico 01 – Percentual dos gêneros masculino e feminino entre os entrevistados das Comunidades Engenheiro Ávidos/Cajazeiras-PB, São Gonçalo/Sousa-PB e Gravatá/São João do Rio do Peixe-PB, bem como dos representantes dos órgãos gestores DNOCS, AESA, CAGEPA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente.

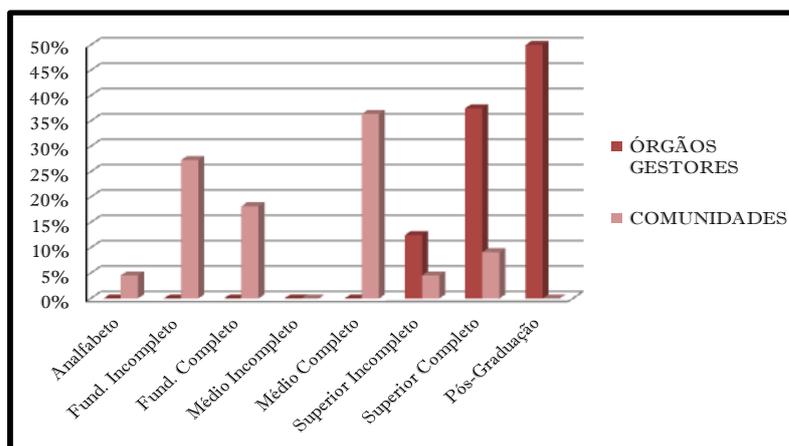


Fonte: (Dados obtidos na pesquisa de campo. Elaborado por: FREITAS, M. I. A).

No tocante à escolaridade, destacaram-se os níveis: ensino fundamental incompleto e ensino médio completo nas comunidades; superior completo e/ou pós-graduação para os representantes dos órgãos gestores. (Ver Gráfico 02).

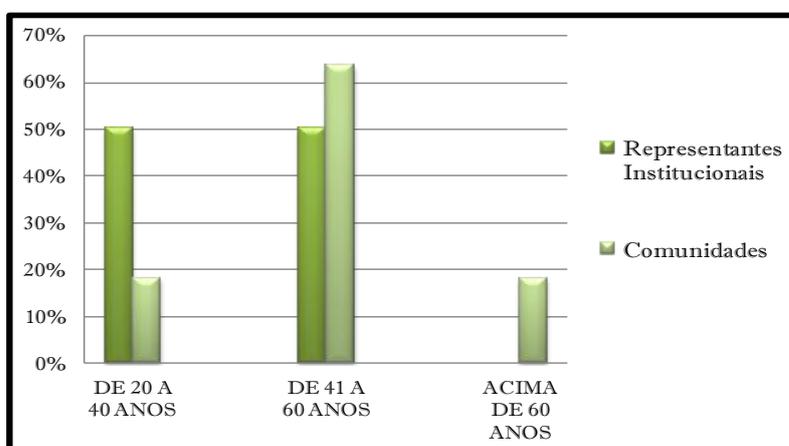
Com relação à faixa etária dos entrevistados, não houve nenhum representante dos órgãos gestores com idade acima de 60 anos, tendo representatividades equivalentes nas faixas etárias de 41 a 60 anos, bem como nas idades entre 20 e 40 anos. Nas comunidades houve um predomínio da faixa etária entre 40 e 60 anos como é ilustrado no (Ver Gráfico 03).

Gráfico 02 – Nível de escolaridade dos entrevistados nas Comunidades Engenheiro Ávidos/Cajazeiras-PB, São Gonçalo/Sousa-PB e Gravatá/São João do Rio do Peixe-PB, como também dos representantes dos órgãos gestores DNOCS, AESA, CAGEPA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente.



Fonte: (Dados obtidos na pesquisa de campo. Elaborado por: FREITAS, M. I. A).

Gráfico 03 – Distribuição por faixa etária dos entrevistados nas Comunidades Engenheiro Ávidos/Cajazeiras-PB, São Gonçalo/Sousa-PB e Gravatá/São João do Rio do Peixe-PB, como também nos órgãos gestores DNOCS, AESA, CAGEPA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente.



Fonte: (Dados obtidos na pesquisa de campo. Elaborado por: FREITAS, M. I. A).

A partir dos relatos dos atores sociais inseridos nas comunidades pesquisadas, percebeu-se um total desconhecimento do termo gestão participativa dos recursos hídricos por parte dos mesmos, conforme relatos abaixo:

“É desconhecido, pelo menos pra mim é. (Professor, 24 Anos, Ensino Superior Completo, Comunidade São Gonçalo)”.

“Eles conversaram, hídrico é água, né. (Comerciante, 36 Anos, Ensino Superior Incompleto, Comunidade Gravatá)”.

A falta de envolvimento da população pode ser explicada pela ausência de políticas institucionais, as quais deixam pendências na condução de programas de conscientização e assistência à população e ao mesmo tempo cria um vazio institucional que se traduz em desconfiança por parte da grande maioria dos habitantes (PEREIRA, JOHNSON, 2004).

Para a participação social na Gestão das águas Abers e Jorge (2005) acrescentam:

A descentralização integrada e participativa seria realizada através da criação de dois entes públicos em cada bacia: os "comitês de bacia hidrográfica" e "as agências de bacia". Os comitês teriam a representação do poder público, usuários, e da sociedade civil, sendo um novo fórum privilegiado de deliberação. As agências seriam os "braços executivos" desses comitês. Dentre outras atribuições, os comitês seriam responsáveis pela determinação dos preços e da aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água. As agências dariam o apoio técnico e administrativo ao processo decisório, realizariam a cobrança e executariam os projetos (p.02).

No nível das comunidades a organização para a gestão estaria a cargo das Associações de Usuários de Água. Contudo, no Estado, segundo informações da AESA, existem apenas 50. De acordo com a representante 02 da AESA, o órgão apoia a criação e formalização dessas organizações:

“O próprio advogado da AESA veio com a parte jurídica de contrato da ata pra formar as comissões então foi dado todo aparato jurídico pra se formalizar essas associações, muitas existiam, mas não de forma regularizada de forma correta. Elas mesmo podem se instituírem, mas a AESA incentivou a formalização, a regularização dessas associações pra trabalhar corretamente em conjunto, pra que elas uma vez formalizadas elas pudessem receber o recurso necessário para esse trabalho de gerenciamento”.

No entanto, mesmo com esse apoio, percebeu-se que as associações criadas não são suficientes para contemplar um processo tão complexo como a gestão participativa dos recursos hídricos. A organização associativa é comum nas comunidades, porém a efetividade desse associativismo mostra-se questionável. Em relação à organização social para implementação da política estadual, pouco se tem de concreto. Das localidades pesquisadas, apenas no distrito Engenheiro Ávidos há uma Associação de Usuários de Água (Ver Figura 02).

Figura 02 – Associação de Desenvolvimento Comunitária e Usuários de Água de Engenheiro Ávidos localizada no Distrito Engenheiro Ávidos/Cajazeiras-PB.



Foto: (FREITAS, M. I. A. 2011).

A Associação de Desenvolvimento Comunitário e Usuários de Água de Engenheiro Ávidos tem 27 anos de existência. Dos entrevistados, nenhum relatou ser membro da mesma. Segundo seu representante existem 70 associados, quanto às reuniões, estas ocorrem bimestralmente. Contudo, os relatos dos atores sociais, abaixo descritos, revelam que há alguns anos essa Associação não desenvolve atividades na comunidade.

“Antigamente teve, ela desenvolveu muitas atividades, tinha a descopadeira de arroz, tinha o trator que prestava serviço a comunidade da região, mas o trator quebrou e pararam, hoje ela tá quase a zero, tá praticamente fechada. Faz uns seis anos que não mais atividade nenhuma (Comerciante, 40 Anos, Ensino Médio Completo)”.

“Aí continuou muito tempo, o trator ia cortar muita terra do povo particular, aí uns pagavam e outros não pagavam aí daí foi e fracassou. Parou de funcionar tá com bem um ano. O pessoal vem aí, né, de vez em quando vem, vieram de Cajazeiras vem para esse negócio do seguro safra. Eles vieram o ano passado. Eles vem só para cadastrar, não tem reunião todo domingo (Agricultor, 79 Anos, Analfabeto)”.

Para que as Associações de Usuários de Água da região semiárida paraibana tornem-se instrumentos eficazes de articulação com a sociedade dentro do processo de gestão dos recursos hídricos, faz-se necessário além da criação de novas associações a efetivação das organizações já existentes. Desta forma, é necessário realizar um trabalho de mobilização das comunidades no sentido de sensibilizar os atores sociais sobre a importância de gerir de forma adequada as reservas hídricas existentes. Para tanto, é preciso para os cidadãos ter um

conhecimento sobre os sistemas aquáticos, suas potencialidade e fragilidades. Com base no que exposto Berlinck (2003) acrescenta à discussão:

A falta de familiaridade e domínio dos conhecimentos técnico-científicos acerca da gestão do recurso hídrico pelos setores populares os torna incapazes de dialogar neste campo, ficando desta forma forçados a aceitar qualquer decisão sob o primado da ciência e da técnica, mitificados (p.28).

Nesse sentido, investigou-se o desenvolvimento de ações educativas e capacitação, pela AESA, nas comunidades pesquisadas. A partir dos relatos de seus representantes, foram obtidos os seguintes depoimentos:

“Não, eu lhe adiantaria enquanto gerente estadual de não temos uma ação direta nas comunidades que você tá pesquisando (Representante 01 da AESA)”.

“Não sei te informar, nunca fui convidada pra participar de reunião de Eng. Ávidos. Talvez o DNOCS tenha membro integrante, porque tem que ter alguém do DNOCS que represente a esfera federal né (Representante 02 da AESA)”.

Desta forma, percebe-se que não há um acompanhamento por parte da AESA junto às comunidades. Sobre a não integração do poder público com as associações e comitês, Portela e Braga (2007) acrescentam:

A ausência do poder público cria barreiras para a implementação do modelo de gestão, porque as decisões dos colegiados, não sendo por ele fortalecidas politicamente, param na etapa da formulação e encontram resistências burocráticas à sua implantação efetiva. Além disso, a classe política regional distancia-se do epicentro dos problemas e conflitos em torno dos múltiplos usos das águas (p.91).

Os próprios representantes dos órgãos gestores apontam alguns problemas que impedem a implementação de um processo participativo dentro do processo de gerenciamento dos recursos hídricos, conforme os discursos:

“Hoje, em papel, nós sabemos que todo canto se fala em Gestão Participativa, especialmente para Recursos Hídricos. Mas o quê que ocorre, a lei até de 1997, a Política Nacional das Águas, ainda tá muito distante da população (Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente/Sousa-PB))”.

“O problema da não existência da gestão participativa, é que ocorre a descontinuidade da própria gestão. Então você tem o estado trabalhando em uma direção, o município noutra e o governo federal noutra, não “falam a mesma língua”. De certa forma existiu um comitê de bacia, ainda existe, que foi atuante logo no ano de 2009. O problema é que as pessoas que foram nomeadas para ocupar os cargos referentes a essa gestão, participar, é, elas não continuaram e aí de certa forma a gestão participativa deixa de ser participativa. Então ficam ações, pontuais de cada de cada órgão, a prefeitura em si atua muito pouco, apesar do açude abastecer a cidade. Então a gente tem a CAGEPA que atua sem nenhuma relação com a própria Secretaria de Meio Ambiente, ou os órgãos que estão responsáveis pela gestão (Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente/Cajazeiras-PB)”.

Nessa perspectiva, torna-se necessária uma maior integração entre os órgãos gestores, e estes com as comunidades ribeirinhas. Se a governança participativa é ineficaz porque os próprios participantes carecem das características necessárias de bons tomadores de

decisão, então novas políticas devem focar a educação e a capacitação dos atores (ABERS, 2010. p.24). O processo de capacitação deve direcionar-se tanto para os representantes institucionais de associações, bem como os demais atores sociais.

Nesse íterim, vale salientar o papel dos governos municipais e estaduais dentro do processo da gestão hídrica do Estado. Os municípios têm responsabilidades setoriais que incidem diretamente sobre o uso e a gestão da água. Serviços de saneamento básico, coleta de resíduos sólidos, bem como o direcionamento do uso e ocupação do solo através do seu Plano Diretor influenciam indiretamente na gestão dos recursos hídricos (ABERS, 2010). Ao governo estadual cabem às ações de monitoramento, fiscalização bem como o apoio ao funcionamento dos comitês, participando efetivamente desses colegiados através da mediação dos conflitos existentes.

No que se refere a AESA, destaca-se a importância das ações junto às Associações de Usuários de Água. Tais práticas deverão ser desenvolvidas através de um processo contínuo educativo de capacitação dos atores sociais para que os mesmos gerenciem de maneira sustentável as reservas hídricas existentes. Para tanto, é imprescindível compreender as percepções ambientais dos atores sociais. A importância dessa compreensão é referenciada no relato abaixo:

“Eu entendo a Gestão Participativa, como o próprio nome diz com a participação da comunidade. Quem vive tem mais conhecimento do que nós, a gente pode ter um conhecimento técnico maior do mundo, mas não tem a experiência deles. Não tá inserido pra você observar, cada inverno, por exemplo, acontece uma coisa diferente, a água fica com uma cor diferente né, há um arrasto da mata ciliar, erosão, os esgotos mesmos, podem influenciar nisso. E a sabedoria popular, assim, ela é muito rica, eu acho assim, que se fosse fazer uma obra de ampliação ou de melhoramento no entorno do açude pra melhorar a qualidade da água, eu acho que eles tem que serem ouvidos, tanto os pescadores que é um grande conhecedor do manancial como o pessoal que mora ao entorno do açude (Representante da CAGEPA)”.

Com isso, buscou-se identificar também a existência de ações de educação ambiental desenvolvidas pelos órgãos gestores nas comunidades pesquisadas. Segundo informações dos seus representantes, o DNOCS a CAGEPA ainda não realizam ações nesse sentido. No tocante à esfera municipal obteve-se os seguintes relatos:

“Tem uma nova proposta agora da criação e um novo trabalho do novo centro administrativo só direcionado para o Engenheiro Ávidos eu acho que vai ficar mais fácil a questão do trabalho porque a gente vai poder fazer parceria com eles e as ações que a gente propor para serem desenvolvidas lá, vai poder ser acompanhadas por pessoas que vão estar lá diretamente. Então vai ser tipo um acesso mais fácil para poder desenvolver alguma atividade de Educação Ambiental e até para a questão da coleta dos resíduos sólidos mesmo (Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente/Cajazeiras-PB)”.

“Nós, assim que assumimos começamos alguns trabalhos em parceria, na semana de Meio Ambiente, é, começamos as atividades, em parcerias com as escolas e agora nós queremos até lançar uma cartilha voltada só a questão de São Gonçalo. Ou seja, já temos uma cartilha pronta, para sensibilizar as escolas principalmente as escolas e a comunidade. Essa cartilha já tem, já tá praticamente para ser impressa e temos também ela em DVD. Em DVD já tá pronta para poder sensibilização, não é? É uma maneira que nós queremos de imediato. Mas um ponto que eu acredito que seja, Associações que existe lá, trabalhar em conjunto com a secretaria (Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente/Sousa-PB)”.

A AESA no momento não desenvolve ações nas comunidades, contudo dispõe de um setor direcionado para ações educativas e de capacitação, conforme relato de sua representante:

“Tem uma equipe voltada pra isso, para capacitação. Existe a capacitação dos funcionários da AESA, tem uns cursos disponibilizados pela ANA que é uma capacitação. E o corpo técnico da equipe de Educação Ambiental eles tem ações voltadas para educação ambiental nas comunidades, Associações, agora isso tem que ser agendado, tem que ser visto, solicitado também. Os representantes das Associações podem solicitar a AESA (Representante 03 da AESA)”.

Para a Gestão Participativa inerente à Política Estadual de Recursos Hídricos, a qual exige um envolvimento comprometido da sociedade, a Educação Ambiental deverá ser o eixo aglutinador para todas as ações a serem implementadas. Berlinck et. al. (2003) enfatiza a necessidade de práticas de Educação Ambiental em comunidades:

A Educação Ambiental, partindo da problematização das formas de relacionamento da comunidade com o recurso hídrico e dos conflitos existentes, pode buscar promover práticas sociais baseadas na racionalidade e justiça, com conseqüente transformação da realidade pelas próprias comunidades. Estando envolvidas no processo, estas passam a compreender melhor os fundamentos destas práticas e das situações em que se encontram (p.124).

A partir desse processo educativo, através da capacitação, os atores sociais poderão participar das decisões com relação ao manejo dos recursos hídricos tornando-se sujeitos ativos no processo de gestão, e então transformadores da própria realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que a Gestão Participativa seja implementada, as Associações de Usuários de Água deverão ser as instâncias representativas da organização social dentro das comunidades. A AESA dispõe, em seu quadro de funcionários, de uma equipe responsável em desenvolver ações de Educação Ambiental nas comunidades. Contudo, tais ações ainda não estão sendo implementadas nos distritos estudados.

Entende-se que o estudo da percepção ambiental possibilita um entendimento maior sobre as especificidades de cada comunidade, tornando-se necessárias, portanto, ações de

educação ambiental direcionadas às Associações de Usuários de Água de caráter contínuo, que busquem a sensibilização da população usuária para preservação dos ecossistemas aquáticos dos quais tanto necessitam. Nesse sentido, cabe mencionar as palavras de Freire (1987) “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo (p. 39)”.

A partir do entendimento que a mudança de pensamento e ações só ocorrerá mediante um processo educativo contínuo é que os setores de educação ambiental serão mais valorizados e conseqüentemente mais atuantes dentro do processo de gerenciamento integrado de uma bacia hidrográfica.

REFERÊNCIAS:

- ABERS, R. N. (Org). *Água e Política: atores, instituições, e poder nos organismos colegiados de bacia hidrográfica no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2010. 248 p.
- ABERS, R; JORGE, K. D. Descentralização da gestão da água: porque os comitês de bacia estão sendo criados? *Revista Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 8, n. 2, Jul/Dez 2005.
- ARAÚJO, S. S. de. *Conflitos sócio-ambientais relacionados ao uso da água outorgada da bacia hidrográfica do Rio Japarutuba – SE*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. 2008.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BERLINCK, C. N. *Comitê de bacia hidrográfica: educação ambiental e investigação-ação*. 2003. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003.
- BERLINCK, C. N. et al. Contribuição da educação ambiental na explicitação e resolução de conflitos em torno dos recursos hídricos. *Ambiente e Educação*, Rio Grande, v. 8, n. 1, p. 117-129, 2003.
- BONIFÁCIO, K. M.; ABÍLIO, F. J. P. Percepções ambientais dos educandos de escolas públicas – caso bacia hidrográfica do rio Jaguaribe, Paraíba. *Revista Eletrônica do Prodemá*, Fortaleza, v. 5, n. 2, p. 32-49, jun. 2010.
- BRASIL. Lei nº 9.433 de 8 de janeiro 1997. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 9 jan 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9433.htm>. Acesso em: 21 abr. 2010, 19:30:00.

- FEITOSA, A. A. F. M. A.; *Estudo da percepção dos diferentes grupos ligados ao Parque Ecológico de Engenheiro Ávidos, no município de Cajazeiras - PB*. 2000. 86 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, 2000.
- FEITOSA, A. A. F. M. A.; FREITAS, M. I. A. Estudos ecológicos, socioambientais e culturais da sub-bacia do rio Piranhas, sertão paraibano. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE, Campina Grande. *Anais*. 2004.
- FERREIRA, M. I. P. et. al. Controle social na gestão dos Recursos Hídricos: estudo de caso nas Regiões Hidrográficas VIII e IX do Estado do Rio de Janeiro. *Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego*, v. 1 n. 2, jul./ dez. 2007.
- FRANCO, M.L. P. B. *Análise do Conteúdo*. 3. ed. Brasília: Liber Livro, 2008.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GARJULLI, R. Os recursos hídricos no semi-árido. *Ciência e Cultura*, v. 55, n 4, São Paulo, Out/Dez, 2003.
- JACOBI, P. R. Participação na gestão ambiental no Brasil: os comitês de bacias hidrográficas e o desafio do fortalecimento de espaços públicos colegiados. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, Buenos Aires, 2006. *Comunicações*. . Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/hali/C7PJacobi.pdf> Acesso em: 10 Out. 2011, 10:30:00.
- KURY, K. A. A participação social na gestão de recursos hídricos: o caso do baixo Rio Paraíba do Sul. *Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego*, v. 2 n. 1, jan./jun. 2008.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas 2005. 315 p.
- LOUREIRO, C. F. B.; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. (Orgs.). *Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação*. Rio de Janeiro: Ibase: Ibama, 2003.
- MACHADO, C. J. S. Recursos hídricos e cidadania no Brasil: limites, alternativas e desafios. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, v. 6, n.2, jul/dez, 2003.
- MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da Percepção*. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2006.

- MINAYO, M. C. de S. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 5. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1998. 269 p.
- MOREIRA, D. A. *O Método Fenomenológico na Pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- MUCELIN, C. A.; BELLINI, M. *Estudos da percepção em ecossistema urbano: uma contribuição para a educação, planejamento e gestão ambiental*. Revista Brasileira de estudo Pedagógico, Brasília, 89 (221): 119-144. 2008.
- PALMA, I. R. *Análise da percepção ambiental como instrumento ao planejamento da educação ambiental*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Minas, Metalurgia e de Materiais), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2005.
- PARAÍBA. (Estado). Lei n.º 6.308 de 2 de julho de 1996. *Política Estadual de Recursos Hídricos*. Disponível em: <http://www.piranhasacu.cbh.gov.br/legislacao/Lei6308_PBpolitica_estadual_recursos_hidricos.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2010, 19:30:00.
- PEREIRA, D. S. P.; JOHNSON, R. M. F. *Descentralização da Gestão dos Recursos Hídricos em Bacias Nacionais no Brasil*. Paho.Org, 2004. Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd27/brasil.pdf>>. Acesso em: 15 jun 2010, 20:30:00.
- PORTELA, N. F.; BRAGA, T.N. Conflitos Federativos em Gestão de Recursos Hídricos no Brasil: reflexões a partir do caso da bacia do rio Macaé (RJ). *Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego*, v. 1 n. 2, jul./dez. 2007.
- REIGOTA, M. *O que é Educação Ambiental*. São Paulo: Brasiliense, 2006. Coleção Primeiros passos.
- RICHARDSON, R. J. et al. *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. 3.ed. São Paulo: Atlas S.A, 1999. 334p.
- SOUZA, A. H. F. F. *Açude Jatobá I, Patos-PB: Colonização de invertebrados, usos e percepção ambiental dos atores sociais do seu entorno*. Dissertação (Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB. 2009.
- SOUSA JÚNIOR, W. C. de. *Gestão das Águas no Brasil: reflexões, diagnósticos e desafios*. São Paulo: Peirópolis, 2004.
- VARGAS et. al. Água & Cidadania: percepção social dos problemas de quantidade, qualidade e custo dos recursos hídricos em duas bacias hidrográficas do interior paulista. In: 1º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, Indaiatuba – SP. *Anais*. 2002.

TUAN, Y. F. *Topofilia – Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difusão Editorial S. A, 1980. 288 p.